

1 **ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA Nº 02/2018 DA ASSOCIAÇÃO DOS**
2 **MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ (AMMVI), REALIZADA NO DIA SEIS DE**
3 **DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZOITO, NO MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC.**

4 Aos seis dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito, às quinze horas e trinta minutos, na sala de
5 reuniões do restaurante Thapyoka, em Timbó/SC, realizou-se a Assembleia Geral Extraordinária nº
6 02/2018 da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI), presidida pelo presidente da
7 entidade e prefeito de Benedito Novo, senhor Jean Michel Grundmann, e secretariada por mim, Giovana
8 Peron. A assembleia contou com a presença do senhor José Gerson Gonçalves, prefeito do município de
9 Apiúna; do senhor Lairton Antonio Possamai, prefeito do município de Acurra; do senhor Cristiano
10 Olinger, superintendente da Fundação Municipal do Meio Ambiente (FUNDEMA) de Brusque,
11 representando o senhor Jonas Oscar Paegle, prefeito do município de Brusque; do senhor José Luiz
12 Colombi, prefeito do município de Botuverá; da senhora Simoni Mercia Mesch Nones, prefeita do
13 município de Doutor Pedrinho; do senhor Matias Kohler, prefeito do município de Guabiruba; do senhor
14 André Luiz Moser, prefeito do município de Indaial; do senhor Ércio Kriek, prefeito do município de
15 Pomerode; do senhor Marildo Domingos Felippi, prefeito do município de Rio dos Cedros; do senhor
16 Paulo Roberto Weiss, prefeito do município de Rodeio; do senhor Jorge Augusto Krüger, prefeito do
17 município de Timbó; do senhor José Rafael Corrêa, secretário executivo da AMMVI, além de demais
18 interessados, conforme registro de presença. Declarando aberta a assembleia, o presidente agradeceu a
19 presença de todos, e constatando quórum estatutário, deu início à reunião. Em seguida, apresentou a
20 Ordem do Dia, composta pelos seguintes itens: 1 – Saneamento (regulamentação da terraplanagem,
21 REURB, diagnóstico socioambiental, revisão dos Planos Municipais de Saneamento Básico e TAC do
22 saneamento); 2 – Tributação; 3 – Informes (Planejamento e Assembleia Geral Ordinária da FECAM); 4
23 – Assuntos Gerais. No item um da pauta, foi dada a palavra à senhora Simone Gomes Traleski, assessora
24 de saneamento e meio ambiente da AMMVI, que abordou a questão do estudo socioambiental,
25 informando que no dia treze de novembro foi realizada uma reunião com o senhor Paulo Locatelli,
26 promotor de justiça e coordenador-geral do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente (CME) do
27 Ministério Público de Santa Catarina (MP/SC), onde este apresentou uma posição muito restrita quanto
28 ao estudo, de que novas edificações não podem ser feitas em área de preservação permanente (APP),
29 mesmo em lotes inseridos nos núcleos urbanos informais consolidados. Citou ainda que foi argumentado
30 para possibilitar alguma abertura para esta questão, porém o promotor não cedeu em seu posicionamento.
31 A senhora Simone Gomes Traleski salientou que esta regra não se aplica para construções de caráter
32 social, que a legislação permite regulamentação, e que esta questão é complicada. Comentou ainda que
33 este é o posicionamento dele, e que cabe aos promotores locais decidirem como conduzir esta questão.
34 Por isso, a AMMVI propõe criar um parecer jurídico com base no que já foi elaborado, para que assim se
35 tenha uma base legal que justifique o que está sendo proposto, e que assim possa se apresentar este
36 trabalho aos promotores da região, fazendo visitas em cada município. Tomando a palavra, o senhor José
37 Rafael Corrêa citou que seria interessante um prefeito de cada comarca estar presente nestas visitas para
38 conversar com os promotores, buscando apoio para esta questão, pois há divergência de opiniões entre os
39 próprios promotores de justiça, e por isso o posicionamento do coordenador-geral do CME ainda não foi
40 imposto e há opção de trabalhar algumas questões do estudo socioambiental. Tomando a palavra, o senhor
41 Ércio Kriek comentou acerca de um problema enfrentado no município de Pomerode, em que a promotora
42 exige distância de trinta metros de rios e córregos para novas construções, pelo menos até que se tenha o
43 estudo socioambiental, e que isto pode gerar dificuldades para quem comprou terrenos anteriormente,
44 principalmente os que foram desmembrados, com autorização da promotora de justiça local. Tomando a
45 palavra, a senhora Simone Gomes Traleski argumentou que nestes casos, inclusive daqueles que tiveram
46 aval da promotoria, não haverá problemas segundo a própria promotora, em reunião realizada com ela e
47 com os técnicos do município. Tomando a palavra, o prefeito de Apiúna citou que em seu município há
48 um caso de aprovação de um loteamento a cinquenta metros de um rio, onde está tudo regularizado para
49 construção, porém a prefeitura não pode conceder alvará pois ele está em APP, e a senhora Simone Gomes
50 Traleski argumentou que isto pode ocorrer quando há mudança de promotores, pois eles têm

51 posicionamentos diferentes, e por isso a AMMVI pretende elaborar este parecer jurídico, pois a legislação
52 atual não dá base legal para casos novos, e deixou claro que o trabalho feito agora poderá ser questionado
53 posteriormente. Salientou ainda que o trabalho desenvolvido no estudo socioambiental busca evitar
54 futuros problemas, e que a metodologia é bem clara, para que haja segurança caso surja qualquer
55 questionamento. Citou ainda que há um projeto de lei em tramitação no Senado Federal, onde os
56 municípios poderão fazer sua própria regulamentação para APP em áreas urbanas, e caso seja aprovado,
57 haverá segurança jurídica para tratar desta questão. Tomando a palavra, o senhor José Rafael Corrêa citou
58 que poderá haver conflito com o Ministério Público Federal também, caso haja um posicionamento
59 diferente, e o senhor Jean Michel Grundmann argumentou que deve ser dado andamento ao trabalho, e
60 solicitar apoio ao projeto de lei em tramitação, inclusive articulando com a Federação Catarinense de
61 Municípios (FECAM) e com a Confederação Nacional de Municípios (CNM). Novamente com a palavra,
62 a senhora Simone Gomes Traleski apresentou como está o andamento dos trabalhos do estudo
63 socioambiental em cada município, e o prefeito Ércio Kriek questionou acerca do prazo para finalização,
64 ao qual a assessora de saneamento e meio ambiente da AMMVI comentou que, com a automatização de
65 um processo dentro do desenvolvimento do trabalho, o prazo é março de 2019. Na sequência, abordou o
66 Programa de Regularização Fundiária (REURB), citando que em agosto foi realizada uma apresentação
67 na sede da AMMVI pela secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST), onde
68 apresentou-se a intenção de trazer apoio técnico e jurídico aos municípios nesta questão, e também foram
69 entregues requerimentos de demonstração de interesse em aderir ao programa. Citou ainda que no dia
70 dezessete de dezembro haverá representantes da SST na sede da Associação para recolher o Termo de
71 Cooperação assinado pelos municípios que pretendem fazer a adesão, e comentou as questões abordadas
72 no termo, como obrigações dos municípios, entidades apoiadoras do programa, e sobre a assessoria a ser
73 dada pelo Estado. Tomando a palavra, o senhor José Rafael Corrêa citou que há preocupação com o
74 número baixo de pessoas disponíveis para atender a demanda do programa no estado, e também se haverá
75 continuidade do programa no novo governo. Os prefeitos comentaram sobre esta questão da regularização,
76 sobre prefeituras que não tem capacidade técnica e precisariam contratar empresas para prestarem este
77 serviço, discutiram sobre alguns detalhes do termo, e por fim ficou acordado que esta questão será definida
78 na próxima assembleia ordinária, no dia treze de dezembro. Dando seguimento, a senhora Simone Gomes
79 Traleski tratou sobre o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) do esgotamento sanitário, citando que
80 foi realizada reunião com o promotor de justiça Leonardo Todeschini, onde este informou que fará uma
81 análise do TAC em conjunto com a AMMVI e com a Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e
82 Fiscalização de Serviços Públicos do Médio Vale do Itajaí (AGIR), serão feitas visitas nos municípios
83 para verificação do andamento dos trabalhos técnicos, e será desenvolvida uma nova forma de avaliação,
84 considerando a realidade de cada um. Também comentou sobre a elaboração dos Planos Municipais de
85 Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA), citando que o Consórcio Intermunicipal do
86 Médio Vale do Itajaí (CIMVI) lançou licitação para a contratação de uma empresa, e que não estão
87 inclusos os municípios de Apiúna, Blumenau, Botuverá e Brusque, pois o farão por conta própria. Por
88 fim, abordou a revisão dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB), citando que há um técnico
89 na AMMVI contratado especificamente para fazer o acompanhamento desta revisão em todos os
90 municípios, a fim de garantir que o termo de referência seja cumprido e que os planos sejam de qualidade
91 e exequíveis, e em seguida comentou sobre o andamento dos trabalhos em cada município. Comentou
92 ainda sobre a regulamentação da terraplanagem, lembrando que foi criada uma regulamentação padrão
93 para a região, que a minuta já foi apresentada em fevereiro de 2017, e que em alguns municípios a
94 aprovação desta regulamentação não teve andamento, seja na Câmara de Vereadores ou em algum
95 Conselho Municipal, então reforçou o pedido para que se aprove esta regulamentação, salientando sua
96 importância. Informou também que foram recebidos recursos através de um edital de chamamento do
97 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina (CREA-SC) para realização de um
98 curso de capacitação para os técnicos municipais acerca de projetos de terraplanagem. Por fim, abordou
99 a problemática de acesso ao Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais (Sinaflor)
100 que os municípios estão enfrentando, citando que foi encaminhado ofício a FECAM para que se mobilize

101 e busque a resolução deste problema junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos
102 Naturais Renováveis (Ibama). Dando seguimento à pauta, no item dois foi dada a palavra ao senhor José
103 Rafael Corrêa, que comentou acerca da reativação do Colegiado de Tributação devido demanda
104 apresentada pelos prefeitos, que desde abril os trabalhos vêm sendo desenvolvidos, e citou que será criado
105 um banco de boas práticas feitas nos municípios, que inclusive será tema de um evento no próximo ano,
106 e estará disponível no site da AMMVI, para que isto seja compartilhado. Também informou que já há um
107 calendário de reuniões estipulado para o ano que vem, e que além do Colegiado haverá também Grupos
108 de Trabalho (GT) específicos, como de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), Imposto
109 Predial e Territorial Urbano (IPTU) e Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), e que serão feitas
110 ações conjuntas e simultâneas nos municípios, como por exemplo a fiscalização de bancos e utilização de
111 software para fiscalizar o Simples Nacional. Comentou ainda que a senhora Márcia Zilá Longen, servidora
112 da prefeitura de Blumenau, foi contratada pela AMMVI para auxiliar nestes trabalhos. Em seguida,
113 apresentou a ideia para a campanha de solicitação de nota fiscal, abordou a questão do contencioso
114 tributário, e que estas ações visam melhorar a arrecadação nos municípios. Dando sequência à pauta, no
115 item três, foi dada a palavra ao prefeito Ércio Kriek, que esteve presente nas reuniões da FECAM do dia
116 vinte e nove de novembro, e este abordou o que foi estipulado para o Planejamento da federação para
117 2019, que contempla eixos temáticos, e informou que as discussões serão compiladas e encaminhadas
118 posteriormente. Em seguida, comentou sobre a Assembleia Geral Ordinária realizada no mesmo dia, no
119 período da tarde, onde era aguardada a presença do Governador eleito, porém este não compareceu. Citou
120 que foi tratada a questão dos convênios firmados com o Estado que precisam de renovação, e sobre a
121 revisão do Estatuto da FECAM. Tomando a palavra, o senhor José Rafael Corrêa também comentou sobre
122 a situação da Escola de Gestão Pública Municipal (EGEM), que necessitará de aporte financeiro, sobre as
123 indicações para o Conselho Executivo da FECAM, e o prefeito Ércio Kriek comentou ainda sobre a
124 proposta que foi discutida para criação de um Fundo de Proteção aos Prefeitos. Passando ao item quatro
125 da pauta, o senhor José Rafael Corrêa comentou sobre a reunião do Comitê da Duplicação da BR-470
126 com o Superintendente do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) em Santa
127 Catarina, senhor Ronaldo Carioni Barbosa, que será realizada no dia dez de dezembro, às dez horas da
128 manhã, no hotel SESC Blumenau, para tratar sobre a situação das obras de duplicação da BR-470. Nada
129 mais havendo a tratar, o presidente da AMMVI encerrou esta assembleia extraordinária, agradecendo a
130 presença de todos. E para constar, eu, Giovana Peron, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada,
131 será assinada por mim, pelo senhor presidente e pelo senhor secretário executivo da AMMVI.

CARTÓRIO
BENEDITO NOVO

Jean Michel Grundmann
Presidente
Prefeito de Benedito Novo

José Rafael Corrêa
Secretário Executivo

Giovana Peron
Giovana Peron
Secretária Executiva